

FALE COM A GENTE!
Editor: Leopoldo Figueiredo
E-mail: portomar@atribuna.com.br
Telefone: 2102-7269

Movimento do Porto de Santos cai 0,4%
A movimentação de cargas do cais santista registrou uma leve queda de 0,4% no mês passado. Confira mais detalhes na coluna *Mercado Regional*, na página **A-15**

PORTO & MAR

Porto de Santos obtém licença de operação nesta semana

Processo para conseguir aval ambiental começou em 2004. Falta do documento chegou a causar interdição do cais

EGLE CISTERNA
DA REDAÇÃO
A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) está a um passo de regularizar sua situação perante as autoridades ambientais. A promessa é que a Licença de Operação (LO) do Porto de Santos seja emitida amanhã.

“Esse processo vem se arrastando há mais de 10 anos e nós tomamos como missão fazer isso acontecer”, disse o presidente da Codesp, José Alex Oliva, ontem. De acordo com a empresa, o processo para a obtenção dessa licença foi iniciado em 2004 e, em 2009, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhou à companhia o Termo de Referência para a elaboração do estudo ambiental.

Em 2010, o Porto chegou a ser interditado pelo Ibama por não apresentar a licença, permanecendo com as atividades paralisadas por três horas, além da Docas ser multada em R\$ 10 milhões. O estudo ambiental do complexo marítimo foi protocolado no órgão ambiental federal em agosto de 2011. Desde então, os envolvidos têm realizado reuniões pre-

senciais, vistorias e videoconferências para verificações e esclarecimentos.

A ausência da licença não impediu as operações do complexo pois não é a Codesp que as realiza. Os embarques e desembarques de cargas são feitos diretamente pelos terminais, que já possuem suas licenças para os serviços que desenvolvem. Para atividades como a dragagem e elaboração de obras estruturais, a Docas tem licenças específicas.

A LO deve ser entregue em uma cerimônia no gabinete do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. O evento deve contar com a presença do ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella.

Para o presidente da Codesp, obter a licença só foi possível por conta de uma série de medidas tomadas recentemente. “Nós melhoramos no ranking de certificação ambiental com os cuidados que estamos tendo, fruto do trabalho que empreendemos no ano passado com o PAM (Plano de Apoio Mútuo), que é uma ação de segurança para evitar danos. Temos hoje uma ação de segurança no Porto de Santos, te-



Novo secretário nacional de Portos esteve na Codesp ontem, para a posse dos novos integrantes do Consad

NOVOS ACESSOS

Deve acontecer, até o final desta semana, uma reunião entre representantes da Codesp e da Secretaria de Estado de Logística e Transportes, para fazer um “ajuste fino” no contrato do convênio de cooperação técnica para a reformulação dos acessos rodoviários à Margem Direita do Porto de Santos. A expectativa é que o termo de cooperação seja assinado em breve e, com isso, os projetos executivos dos novos acessos - parte da reformulação viária da entrada de Santos - sejam finalizados ainda neste ano. A intenção da Codesp é que obras possam ser licitadas em 2018. O investimento para os projetos estão estimados em R\$ 6 milhões. No total, a readequação deve custar R\$ 700 milhões, com verbas vindas da União, Estado e Prefeitura de Santos. O acordo anterior entre Estado e União vigorou por três anos e não pode mais ser renovado. De acordo com a Codesp, o entrave se deu por problemas de cronograma.

mos ações ambientais de ponta, que só acontecem aqui”.

Além de regularizar a empre-

sa perante o Ibama, a licença de operação trará outras vantagens ao Porto, como a diminuição do custo de seguro e do risco ambiental. “Ao receber essa licença, nossa responsabilidade aumenta porque temos que dar continuidade a esse trabalho e, a cada dia, buscar melhores soluções para resolver os problemas ambientais do porto”, avalia Oliva.

CONSAD

O anúncio da licença de operação foi feito ontem, durante a sessão de posse dos novos membros do Conselho de Administração (Consad) da Codesp. O órgão passa a ser presidido pelo engenheiro Alber Furtado de Vasconcelos Neto, que ocupa o cargo de diretor do Departamento de Obras e Serviços de Acessos Aquaviários do Ministério dos Transportes.

“Além de ter servido ao Ministério e ser diretor da Secretaria Nacional dos Portos, ele é um especialista em dragagem e, não só como engenheiro, mas como especialista nesta área. E vai trazer bons resultados para o Porto de Santos”, aposta o novo secretário nacional dos Portos, Luiz Otávio Campos, que acompanhou a posse do Consad. Também tomaram posse ontem os conselheiros Eduardo de Castro, assessor especial do Ministério dos Transportes, e Maria da Glória Nicolau, representante do Ministério do Planejamento.

DRAGAGEM

Um dos assuntos que devem ser tratados pelos novos conselheiros é a dragagem do Porto. O contrato para o serviço nos berços terminou em março e foi prorrogado por mais dois meses. O pedido da Codesp é que o prazo seja estendido por mais quatro meses. Um novo processo licitatório para este serviço está em andamento. A previsão da Docas é que a licitação seja aberta nos próximos dias.

Secretário vai priorizar autonomia

Em sua primeira visita oficial ao Porto de Santos como secretário nacional de Portos, Luiz Otávio Campos - que já ocupou a presidência do Conselho de Administração da Codesp - afirmou que tem como prioridade, à frente da pasta, reforçar a autonomia dos gestores das companhias docas.

“A prioridade que nós temos é melhorar e aumentar a autonomia da diretoria executiva e

das pessoas que vivem as dificuldades no Porto. Se nós melhorarmos a autonomia, vamos trazer melhorias”, afirma.

Campos dá como exemplo a intervenção que promoveu na gestão da Usina de Itatinga, em Bertioga - a unidade, de propriedade da Codesp, produz a maioria da eletricidade consumida nas operações do Porto. “Há mais de 100 anos, nós tínhamos energia própria

aqui em Santos. Mas isso era um prejuízo para a empresa, que disponibilizava R\$ 30 milhões por ano para manter a geração de energia (na usina). Com a nossa gestão, passamos a economizar. Ao invés de gastarmos R\$ 30 milhões, tivemos um resultado positivo de R\$10 milhões, simplesmente cobrando a tarifa pública na energia”, conta.

O presidente da Codesp, José Alex Oliva, concorda que a autonomia traz benefícios para a gestão do Porto. Enquanto um processo para demolir um armazém antigo pode levar até 8 meses tramitando em Brasília, ele consegue finalizar os trabalhos e começar uma nova obra em 90 dias. “Nós temos que ter essa autonomia para resolver a situação o mais rápido possível”.

Enquanto a União estuda privatizar a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e estadualizar o Porto de Suape, em Pernambuco (que deve ocorrer amanhã), não há previsão de alteração no formato da administração do Porto de Santos. “A Codesp continua como está. O nosso projeto é modernizar, é ouvir e fazer com que a Codesp tenha maior autonomia para resolver os problemas do dia a dia. A questão de abrir capital, de estadualizar, de aumentar a participação de pessoas de fora está sendo analisado pelo Ministério dos Transportes e pela Casa Civil da Presidência da República”, garante Campos.